



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re", "Companhia" ou "Resseguradora") relativas ao exercício finalizado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Contábeis e do Relatório do Comitê de Auditoria.

CONTEXTO INSTITUCIONAL - FOCO NO BRASIL, CONECTADA AO MUNDO
A Munich Re do Brasil, subsidiária do Grupo Munich Re, oferece ao mercado segurador soluções de transferência e gestão de riscos, de otimização dos níveis de solvência e da estrutura de capital das seguradoras, bem como suporte especializado para novas demandas de segmentos em transformação, como o agrícola, de pequenas e médias empresas (PME) e mobilidade. A Companhia também busca desenvolver e participar de ecossistemas de inovação, em parceria com fornecedores de serviço que compartilham do mesmo mercado alvo. Com time experiente situado em seu escritório em São Paulo e bem conectado aos recursos e inteligência do Grupo, a Companhia possui foco no Brasil, com operação e atenção voltadas inteiramente a atender às seguradoras que operam no país.

Um fato marcante em 2023 a nossa participação no FIDES que aconteceu no Brasil, onde tivemos a oportunidade de estreitar nossas relações com clientes e parceiros, além de ratificarmos nossa posição sólida entre os líderes no segmento, com ampla participação de líderes do Grupo Munich Re.

DESEMPENHO OPERACIONAL E PERSPECTIVAS

A Munich Re continua com foco no crescimento sustentável, em uma maior diversificação de carteira e oferta de produtos inovadores para seus parceiros. O desempenho em 2023 demonstrou aderência ao sólido planejamento estratégico desenhado para recuperação de grande parte do resultado negativo acumulado nos períodos anteriores, com foco na qualidade e resultado de seu portfólio, apresentando lucro no exercício de R\$ 85 milhões (R\$ 361 milhões de prejuízo no exercício em 31 de dezembro de 2022).

Em 2023, o prêmio ganho cresceu 13%, totalizando R\$ 2.173 bilhões (R\$ 1.920 bilhão no exercício de 2022), com destaque para os ramos de seguro rural e marítimo, que cresceram 39% e 36%, respectivamente. Esse crescimento em prêmios ganhos se deu pelo desenvolvimento orgânico do portfólio, através do acesso a novas carteiras e no aumento de participação em linhas de negócio alinhadas ao apetite de risco da Companhia.

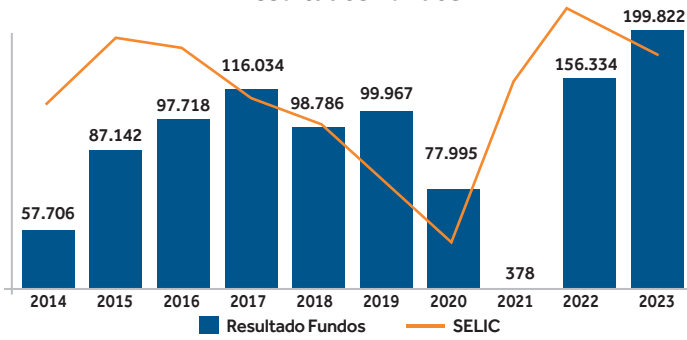
As despesas administrativas foram de R\$ 66,1 milhões (R\$ 45,3 milhões em 2022) impactadas positivamente por eventos não-recorrentes, relacionados a custos advocatícios, alinhadas com o planejamento interno da Resseguradora, com o crescimento dos prêmios ganhos e com o aumento de 23% no quadro de colaboradores em 2023.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

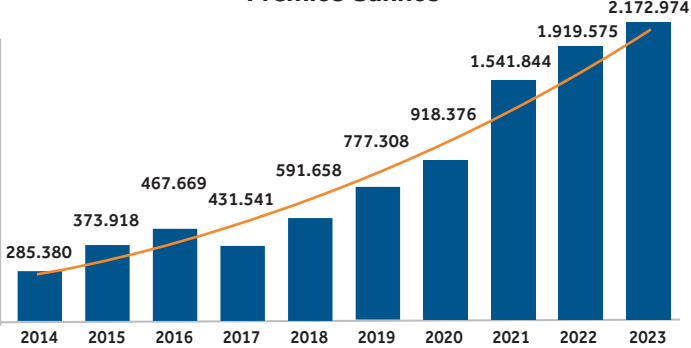
Nos investimentos, o objetivo da companhia é liquidez, equilíbrio e otimização entre risco e retorno, controle da maturidade das obrigações e na proteção cambial.

Mesmo com a redução da taxa Selic em 2023, nossa carteira de investimentos manteve a rentabilidade do portfólio, com resultado de 200 milhões de reais, apresentando aumento de 28% com relação ao exercício anterior.

Resultados Fundos



Prêmios Ganhos



A sinistralidade, métrica que exprime quanto dos prêmios ganhos, líquidos de comissões, foram consumidos por sinistros pagos e contingenciados durante o ano, apresentou redução em comparação com o ano anterior. O índice em 31 de dezembro de 2023 foi de 94% (127% em 31 de dezembro de 2022), sendo composto em 2023 majoritariamente por evento relevante no portfólio de crédito e garantia, linha essa caracterizada por sinistros de baixa frequência e alta severidade. Para as demais linhas, o desenvolvimento segue alinhado com as expectativas da Companhia, em que estão sendo aplicados os mesmos critérios prudentes adotados pelo Grupo Munich Re na constituição das provisões técnicas, revistas anualmente. A sinistralidade observada nos contratos aceitos é refletida no resultado de retrocessão cedida, com a qual nos protegemos de grandes perdas individuais.

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022		Nota	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		4.068.532	3.210.695	Circulante		4.478.442	3.825.930
Disponível		72.260	59.644	Contas a pagar		32.316	8.372
Caixa e bancos	5	72.260	59.644	Obrigações a pagar	9	6.934	4.451
Aplicações	6	666.516	730.986	Impostos e encargos sociais a recolher		957	776
Operações com seguradoras		1.219.707	812.541	Encargos trabalhistas		3.717	3.145
Crédito das operações com resseguros e retrocessões		2.129.707	812.541	Impostos e contribuições	10	20.708	-
Operações com seguradoras	7a	945.496	741.899	Débito das operações com resseguros e retrocessões		889.820	869.358
Operações com resseguradoras	7b	274.211	70.642	Prêmios a restituir		5.565	12.705
Outros créditos operacionais		63.224	43.560	Operações com resseguradoras	11	871.717	848.090
Outros créditos operacionais		63.224	43.560	Corretores de seguros e resseguros		12.538	8.563
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	13b	2.030.705	1.539.967	Depósitos de terceiros	12	6.834	7.518
Títulos e créditos a receber		5.265	13.629	Provisões técnicas - Resseguradora	13a	3.546.622	2.938.174
Títulos e créditos a receber		1.867	2.504	Outros débitos		2.850	2.508
Créditos tributários e previdenciários	8	3.214	10.959	Provisões judiciais		-	209
Outros créditos		184	166	Passivos de arrendamento	16	2.850	2.299
Despesas antecipadas		23	31	Passivo não circulante		188.406	231.791
Custos de aquisição diferidos		10.832	10.937	Tributos diferidos	10	22.501	8.192
Resseguros	13a	10.832	10.937	Débito das operações com resseguros e retrocessões		53.377	102.259
Não circulante		1.526.161	1.666.460	Operações com resseguradoras	11	53.377	102.259
Realizável a longo prazo		1.522.744	1.662.501	Provisões técnicas - Resseguradora	13a	111.236	117.571
Aplicações	6	1.214.132	1.333.425	Outros débitos		1.292	3.769
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	13b	23.327	24.643	Passivos de arrendamento	16	1.292	3.769
Títulos e créditos a receber		280.070	298.025	Patrimônio líquido		927.845	819.434
Créditos tributários e previdenciários	8	280.070	298.025	Capital social	17	1.043.302	930.875
Outros valores e bens	17	3.527	5.395	Aumento de capital (em aprovação)	17	-	112.427
Custos de aquisição diferidos		1.718	1.013	Ajuste de avaliação patrimonial		20.969	(2.117)
Resseguro	13a	3.527	5.395	Prejuízos acumulados		(136.426)	(221.751)
Equipamentos		75	69	Total do passivo e patrimônio líquido		5.594.693	4.877.155
Móveis, máquinas e utensílios		160	199				
Veículos		239	301				
Outras imobilizações		2.153	2.507				
Intangível		81	267				
Outros intangíveis		81	267				
Total do ativo		5.594.693	4.877.155				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social (em aprovação)	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total patrimônio líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	300.479	-	-	-	-	300.479
Aumento de Capital em aprovação através da AGE de 14/06/2022	630.396	-	-	-	-	630.396
Aumento de Capital Aprovado Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1015, de 05/10/2022	(630.396)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital em aprovação através da AGE de 30/11/2022	112.427	-	-	-	-	112.427
Ajuste de avaliação patrimonial IFRS 16	-	-	(85)	85	-	-
Prejuízo do exercício	-	(14.016)	(124.845)	-	(221.751)	(360.612)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.117)	-	(2.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	930.875	112.427	-	(2.117)	(221.751)	819.434
Saldos em 1º de janeiro de 2023	930.875	112.427	-	(2,117)	(221,751)	819,434
Aprovação de Capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1271, de 21/01/2023	112.427	(112.427)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	23.086	-	23.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.325	85.325
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.043.302	-	-	20.969	(136.426)	927.845

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re", "Companhia" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.440, 6º andar, cujo controlador em última instância é a Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München (Alemanha), a que tem por objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e alterações posteriores.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Munich Re em curso normal de suas atividades e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP. As demonstrações contábeis são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". Na elaboração das presentes demonstrações contábeis foram observadas as determinações previstas na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2024. **Circulante e não circulante:** A Administração revisa os valores registrados no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles valores cujos prazos estimados de realização ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Os ativos mantidos com o propósito de negociação são classificados no ativo circulante, enquanto os ativos e passivos sem prazo determinado para realização e os tributos diferidos tiveram seus valores registrados contabilmente no ativo e passivo não circulante. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Munich Re opera, utilizada na preparação das demonstrações contábeis é o Real - (R\$). Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para o número inteiro mais próximo. **Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou o seu julgamento na definição de cenários, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e a definição dos valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, sendo eventuais diferenças reconhecidas prospectivamente. Algumas notas explicativas incluem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Além disso, podem incluir informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas, com significativo risco de ajuste material em períodos subsequentes. Essas notas estão relacionadas abaixo: • Nota 6 - Aplicações financeiras; • Nota 7 - Crédito das operações com resseguros e retrocessões; • Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota 10 - Impostos e contribuições; • Nota 11 - Operações com resseguradoras; • Nota 13 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos e ativos de retrocessão; • Nota 14 - Desenvolvimento de sinistros; • Nota 15 - Partes relacionadas; • Nota 18 - Detalhamento das contas do resultado; • Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota 20 - Grupo de ramos de atuação.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: A Administração define como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades, que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores. **3.2 Ativos financeiros:** São classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Administração gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de resseguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. **Parte de nossas aplicações financeiras estão classificadas nesta categoria, conforme Nota 6a. Ativos financeiros disponíveis para venda:** São classificados como Disponível para Venda os ativos, não derivativos, que não sejam classificados como "valor justo por meio do resultado". Tais ativos também são mensurados pelo valor justo e as variações, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no Patrimônio Líquido da Companhia, líquido dos efeitos tributários. Após a liquidação ou venda do respectivo ativo, o resultado abrangente acumulado é transferido para o resultado da Companhia. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Resseguradora compreendem os saldos registrados nas rubricas "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Outros créditos" que incluem substancialmente os prêmios a receber de cedentes e sinistros pagos a recuperar de retrocessionários. Os prêmios de resseguro dos contratos automáticos são mensurados por estimativa, considerando o prêmio estimado para a vigência do contrato (*Estimated Premium Income - EPI*), já os contratos facultativos são mensurados conforme valor acordado entre as partes no momento da aceitação do risco. **3.2.1 Redução no valor recuperável de ativos:** A Administração avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas são incorridas sempre que houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimado do ativo, ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Quando a avaliação de risco de inadimplência é considerada alta, uma perda por redução ao valor recuperável é constituída. A metodologia empregada para avaliação considera a natureza do recebível, seu prazo de vencimento, o fluxo recente de pagamentos e recebimentos com a contraparte, a qualidade do *rating* de risco de crédito e o histórico de perdas por não recebimento. Recebíveis provenientes de contratos com vigência expirada são analisados individualmente e, se após a aplicação da metodologia de avaliação houver alguma evidência de risco de crédito, um ajuste no valor contábil é reconhecido, reduzindo a correspondente rubrica de recebível cuja contrapartida se dá no

resultado operacional. **3.2.2 Valor justo dos ativos financeiros (aplicações financeiras):** As quotas de fundos não exclusivos são mensuradas pelo valor da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos fundos. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo. O valor justo dos títulos públicos, integrantes da carteira do fundo de investimento exclusivo, é apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ABRAMEF). **3.3 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são compostos substancialmente por contas a pagar a contrapartes, constituídos por meio de obrigações contratuais, exceto a provisão para valores de participação nos resultados a pagar aos funcionários. Tais passivos são mensurados pelo custo amortizado. **3.4 Contratos de resseguro:** Em consonância com o seu objeto social, a Munich Re emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de resseguro porque ele também é definido como uma operação em que o emiteente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do CPC 11. Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades: **a. Contratos facultativos:** Destinam-se a uma operação isolada, negociada entre o segurador direto e o ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para o risco isolado. **b. Contratos automáticos ou contratos de carteira:** Nesta modalidade, a cedente e a Resseguradora definem previamente a estrutura do contrato abrangendo, dentre outros itens, a responsabilidade da Resseguradora sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro. Normalmente os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas iniciais são revertidas periodicamente pela Resseguradora e são ajustadas ao longo do período de vigência, na medida em que os prêmios efetivos são informados quando do envio das contas técnicas, que geralmente são trimestrais. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização são apropriados aos resultados ao longo do período de vigência do risco. A Munich Re contrata coberturas de retrocessão com vistas a atender no mínimo os seguintes requisitos: (i) assegurar o cumprimento do limite de retenção por risco subscrito; e (ii) mitigar o risco de perdas significativas oriundas de eventos catastróficos. Os ativos e passivos decorrentes da subscrição de contratos de resseguro são apresentados de maneira bruta de retrocessão, segregando os direitos e obrigações entre a Munich Re e as Retrocessionárias. **3.5 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base em notas técnicas atuariais elaboradas pela Resseguradora, e compreendem: **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída pela parcela do prêmio emitido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die", de acordo com o tipo de contrato e base indenitária estabelecido nos contratos de resseguro e atualizada por efeitos de variação cambial, quando aplicável. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** É constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmio não ganho para riscos vigentes mas ainda não emitidos na data-base das demonstrações contábeis. A metodologia aplicada leva em consideração o histórico de atraso das emissões de prêmios e os seus diferimentos estimados. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** É constituída com base nas notificações dos sinistros recebidas até a data-base das demonstrações contábeis e contemplam o montante total das indenizações e despesas a pagar por sinistros avisados pelas cedentes. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistro final esperado (ultimate loss) por meio da aplicação de uma premissa de sinistralidade esperada sobre os prêmios e ganhos. Do montante de sinistro final esperado são então subtraídos os sinistros avisados (pagos e pendentes) até a data-base das demonstrações contábeis. A premissa de sinistralidade esperada utilizada é obtida com base na experiência histórica da Resseguradora e é revista anualmente. O cálculo é feito de acordo com segmentos atuariais, com características semelhantes, e por ano de subscrição. **Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER):** É constituída para cobrir a eventual diferença entre os montantes de sinistros informados pelas companhias cedentes e a avaliação interna da Resseguradora, considerando análise detalhada das situações mediante laudos, comprovações e estudos técnicos. A IBNER faz parte da provisão de sinistros a liquidar. **Provisão de Excedentes Técnicos (PET):** É constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico do contrato de resseguro. A PET é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica de cada contrato de resseguro que tem previsão para participação das cedentes nos lucros do contrato. **Teste de adequação de passivos (TAP):** Nos termos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, suas respectivas alterações posteriores e CPC 11, a Resseguradora elabora em cada data-base de balanço o teste de adequação de passivos, com o objetivo de avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição diferidos relacionados, para fazer frente os desembolsos futuros decorrentes dos compromissos com os riscos assumidos até a data-base. Tomando como base os requisitos mínimos determinados pela SUSEP e CPC, para este teste, a Administração utilizou metodologia que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos de resseguro foram agrupados em linhas de negócio com características similares. Os fluxos de caixa foram projetados separadamente de acordo com a moeda do contrato, permitindo a utilização da premissa de taxa de juros com distinção entre o Real e o Dólar norte-americano. Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente utilizando a Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETJ) divulgada pela SUSEP. Para os contratos em Reais com fluxos de caixa em valores nominais, foi utilizada como taxa de desconto a ETJ prefixada. Os contratos em dólar norte-americano foram projetados em sua moeda original e o resultado do fluxo convertido para Real de acordo com o câmbio da data-base. Desta forma, considerando como indexador o dólar norte-americano, utilizamos a ETJ cupom cambial para desconto destes fluxos de caixa. As premissas de sinistralidade esperada e de velocidade de pagamentos de sinistros foram definidas com base na experiência da Resseguradora. De maneira semelhante, as premissas de despesas administrativas e

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação e quantidade de ações)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Prêmios emitidos líquidos	20b	2.286.308	2.164.440
Variação das provisões técnicas	20a	(113.334)	(244.865)
Prêmios ganhos	20a	2.172.974	1.919.575
Sinistros ocorridos	18a	(2.048.063)	(2.438.398)
Custos de aquisição	18b	(30.391)	(20.199)
Outras receitas e despesas operacionais	18c	(50.519)	(82.269)
Resultado com retrocessão	18d	49.521	(42.244)
Despesas administrativas	18e	(66.166)	(45.320)
Despesas com tributos	18f	(34.219)	(27.148)
Resultado financeiro	18g	153.830	138.290
Receitas financeiras		270.860	



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

categorias a partir das quais podem surgir riscos significativos: **a. Risco de subscrição:** Risco de subscrição é definido como o risco de perda devido a premissas inadequadas nas precificações e provisões, gerando custos com pagamentos de sinistros maiores do que as expectativas da Companhia. A avaliação do risco de subscrição é dividido em (i) risco de subscrição em resseguro de vida e (ii) risco de subscrição em resseguros de não vida. São componentes significativos do risco de subscrição os prêmios e as provisões técnicas. Estes componentes integram o capital de risco de subscrição, calculado a partir de fatores padrões de risco definidos pela SUSEP. O risco do prêmio é o risco de pagamentos de sinistros que ainda não ocorreram serem maiores do que os valores esperados. Já o risco de provisões técnicas consiste no risco de as provisões técnicas serem insuficientes para fazer frente aos passivos a serem pagos pela Companhia. A evolução dos riscos é acompanhada constantemente pela Companhia, bem como a adequação das premissas atuariais utilizadas para o cálculo das provisões técnicas, visando cumprir com os compromissos assumidos, a qualquer tempo. A Companhia calcula as provisões técnicas em atendimento às determinações da SUSEP, conforme apresentado na Nota 13. Visando um portfólio de riscos de resseguro equilibrado, existem manuais de precificação e subscrição para cada tipo de linha de negócio. A adequação das orientações e procedimentos é verificada continuamente através de processos de controles independentes e alterações são feitas sempre que necessárias. Com exceção de algumas linhas de negócios, a natureza das operações de resseguros faz com que a Resseguradora não receba detalhes dos riscos individualizados, já que a maioria dos riscos fazem parte de contratos automáticos. A Munich Re do Brasil identifica, avalia e monitora o acumulo e concentração de exposições em grandes riscos, facultativos, limitando inclusive exposições em certas linhas de negócios. Devido à natureza das operações aceitas pela Resseguradora, as exposições materiais a riscos catastróficos causados por eventos naturais são limitadas, presentes apenas nas linhas de resseguro rural. Nessa linha de negócio, existem controles de acumulo de riscos por cedente, tipo de colheita e região. A diversificação da carteira é avaliada constantemente, considerada no planejamento estratégico anual da Companhia e nas estratégias de renovações de contratos. Uma das estratégias utilizada para pulverização dos riscos é a implementação de uma estrutura de retrocessão que protege as finanças da Companhia. A tabela abaixo demonstra a diversificação do portfólio da Munich Re do Brasil em resseguro e retrocessão cedida.

Prêmios emitidos brutos e prêmios de retrocessão cedidos - por grupo de ramos

Grupo de Ramos	Resseguro		Retrocessão	
	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Patrimonial	744.381	605.835	(236.016)	(180.461)
Responsabilidades	86.792	73.804	(40.934)	(14.866)
Automóvel	122.085	127.900	(5.795)	(2.422)
Transportes	278.603	201.231	(47.106)	(43.047)
Riscos Financeiros	158.201	173.201	(166.860)	(163.217)
Pessoas Coletivos	435.989	381.802	(216.183)	(172.559)
Rural	966.836	1.050.367	(945.222)	(767.371)
Marítimo	48.622	35.856	(2.277)	(1.856)
Aeronáutico	26.450	13.374	(1.176)	(3.919)
Prêmios emitidos brutos	2.867.959	2.663.370	(1.661.569)	(1.349.718)

A Resseguradora realizou teste de sensibilidade no qual foram simuladas como mudanças na sinistralidade, impactando no Patrimônio Líquido e Lucro Líquido na data-base de 31 de dezembro de 2023.

	Base	Aumento de 10%	Redução de 10%
Sinistralidade	2.172.975	2.172.975	2.172.975
Prêmio Ganho	(2.048.063)	(2.252.869)	(1.843.257)
Patrimônio Líquido	94%	104%	84%
Lucro/Prejuízo Líquido	927.845	804.961	1.050.729
Impacto líquido de IR e CSLL	85.325	(37.559)	208.209
Impacto (%) no Patrimônio Líquido		(122.884)	122.884
Impacto (%) no Resultado		-13%	13%
		-144%	144%

b. Risco de crédito: Definimos risco de crédito como a perda financeira que a Munich Re poderia incorrer como resultado de uma mudança na situação financeira de uma contraparte. A Munich Re entende que a principal origem do seu risco de crédito está vinculada a investimentos em títulos e operações de resseguro e retrocessão. O risco de crédito de cada operador é verificado com o departamento de Credit Pool do Grupo Munich Re, que possui critérios rígidos de avaliação, considerando classificações mínimas de ratings. Nesse processo, a exposição em crédito com os parceiros de negócio é analisada de maneira consolidada para todas as operações do Grupo, dando ao Grupo Munich Re uma visão clara de sua exposição para cada uma das empresas com quem mantém relações comerciais ao redor do mundo, possibilitando um gerenciamento eficaz do risco de crédito no âmbito global. A Resseguradora avaliou os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023. O risco de crédito em fundos e outros instrumentos financeiros é limitado já que os bancos gerenciam os ativos da Companhia, que apresentam bons ratings de crédito, conforme divulgado pelas principais agências de classificação de riscos (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's).

Ativos Financeiros/Rating	AAA, AA+, AA, AA-	A+, A, A-	BBB+, BBB, BBB-	BB+, BB, BB-	B+, B, B-	Sem rating	Total	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	72.260	72.260
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	98.697	-	-	-	98.697
Quotas de fundos de investimento não exclusivos	-	-	-	98.697	-	-	-	98.697
Notas do tesouro nacional - série O	-	-	-	98.697	-	-	-	98.697
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.781.950	-	-	1.781.950	1.781.950
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	501.928	-	-	-	501.928
Letras do tesouro nacional	-	-	-	888.392	-	-	-	888.392
Notas do tesouro nacional - série O	-	-	-	88.088	-	-	-	88.088
Notas do tesouro nacional - série B	-	-	-	12.224	-	-	-	12.224
Notas do tesouro nacional - série F	-	-	-	291.503	-	-	-	291.503
Disponível, contas a receber e a pagar	-	-	-	(186)	-	-	-	(186)
Créditos das operações com resseguro e retrocessão	505.478	340.337	13.511	187.119	22.900	150.362	1.219.707	1.219.707
Ativo de retrocessão - Provisões Técnicas	1.878.341	157.247	-	-	-	18.444	2.054.032	2.054.032
Outros créditos operacionais	31.479	31.745	-	-	-	-	63.224	63.224
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	285.337	285.337	285.337
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-	23	23	23
Outros Valores e bens	-	-	-	-	-	3.527	3.527	3.527
Custos de aquisição diferidos	4.115	4.794	953	79	539	2.070	12.550	12.550
Total dos ativos financeiros	2.419.413	534.122	14.464	2.067.845	95.699	459.764	5.591.307	5.591.307

Provisões técnicas sem rating estão relacionadas a RVNE

c. Risco de liquidez O risco de liquidez está relacionado ao descausamento de ativos e passivos com relação aos seus fluxos de caixa efetivos. Nosso objetivo na gestão do risco de liquidez é assegurar que estamos em condições de cumprir com as nossas obrigações de pagamento em qualquer momento. Por meio de requisitos rigorosos em relação à disponibilidade de liquidez, que, em particular, também cumprem as regras regulatórias, garantimos que podemos cumprir com as nossas obrigações de pagamento, em curto, médio e longo prazos. Para gerir este risco, busca-se alocar a maioria das aplicações em fundos de elevada liquidez (títulos públicos federais) em vencimentos condizentes com a duração de nossas obrigações, para fazer face às necessidades de caixa geradas pela atividade de resseguro e outros desembolsos operacionais. Além disso, a Munich Re possui contratos de investimentos com as Instituições Financeiras que garantem a liquidez diária, em caso de necessidade de resgate.

	0 - 3 meses ou sem							Total
	Vencidos	vencimento definido	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	72.260	-	-	-	-	-	72.260
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-	98.697	-	-	-	-	-	98.697
Quotas de fundos de investimento abertos	-	98.697	-	-	-	-	-	98.697
Títulos disponíveis para venda	-	378.135	29.233	160.450	-	919.098	295.033	1.781.949
Quotas de fundos de investimento exclusivos	-	378.135	29.233	160.450	-	919.098	295.033	1.781.949
Crédito das operações com resseguro e retrocessão	282.609	701.048	73.867	26.547	3.059	71.335	61.242	1.219.707
Outros créditos operacionais	-	25.733	19.964	11.480	6.045	-	-	63.224
Ativos de retrocessão - Provisões técnicas	-	292.049	217.361	144.850	70.480	874.441	454.853	2.054.032
Títulos e créditos a receber	-	5.266	-	-	39.917	10.952	235.201	285.336
Custo de aquisição diferido	-	5.307	3.764	2.279	790	199	211	12.550
Outros valores e bens	-	622	622	622	622	1.037	-	3.525
Total dos ativos financeiros e de resseguros	282.609	1.580.117	343.811	346.227	118.075	1.896.991	1.023.450	5.591.279
Passivos financeiros e de resseguros	-	479.151	351.864	229.244	106.404	1.515.020	976.176	3.657.858
Provisões técnicas	-	32.316	-	-	-	-	-	32.316
Contas a pagar	-	52.384	762.026	61.606	45.184	19.190	1.451	1.357
Débito das operações com seguros e resseguros	-	6.833	-	-	-	-	-	6.833
Depósitos de terceiros	-	-	731	731	731	1.218	-	4.142
Passivos de arrendamento	-	-	-	-	-	13.022	-	9.400
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	22.502
Total dos passivos financeiros e de resseguros	59.217	1.274.224	414.201	275.159	139.427	1.527.089	977.533	4.666.299

d. Risco de mercado: A Munich Re define o risco de mercado como o risco de perdas devido à volatilidade dos valores de mercado de ativos e dos índices aos quais os passivos ou instrumentos financeiros estão sujeitos. As principais variáveis consideradas no risco de mercado incluem variações cambiais, taxas de juros e preços de mercado. A política de investimentos da Munich Re não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, o que pode ser observado na Nota 6, onde constam somente aplicações em fundos de investimento de quotas, compostos por títulos públicos federais. O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a variações a valor justo decorrentes da exposição à SELIC. A estratégia de investimentos da Munich Re é avaliada constantemente por meio de testes de sensibilidade, em que são simuladas as flutuações oriundas do risco de mercado para definição de ações para seu controle e minimização, de modo que a Companhia possa responder rapidamente às variações mencionadas. Para o risco de moeda, a Munich Re mantém avaliação sobre o risco de descausamento de saldos ativos e passivos em dólar norte-americano. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas com o propósito de identificar o grau de exposição e descausamento, bem como a manutenção de contas correntes em dólar norte-americano com a finalidade de "hedge" (ver Nota 5). Em 31 de dezembro de 2023, a exposição líquida ativa em moeda estrangeira (dólar) estava no orden de US\$ 576. Não há saldo em outras moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2023. Uma análise de sensibilidade foi realizada à carteira de investimentos na data-base de 31 de dezembro de 2023. A análise incluiu uma variação na taxa de juros dos títulos da carteira de investimentos da Companhia, considerando o aumento ou redução de 5 p.p. na taxa de juros.

Títulos	31.12.2023	Aumento de 5 p.p.	Redução de 5 p.p.
Prefixado	1.280.208	1.256.013	1.304.403
Pós-fixado¹	501.928	586.001	535.808
Fundo Cambial	98.697	98.697	98.697
Fundo Cash	(186)	(186)	(186)
Total	1.880.647	1.940.525	1.938.722

Os saldos são projetados para a data de 31.12.2023, baseados na taxa de juros (Selic) acumulada de 11,75% a.a. A partir das posições de balanço em 31.12.2023, realizou-se uma análise de sensibilidade dos riscos relacionados à taxa de juros e à variação cambial, considerando os potenciais impactos sobre o patrimônio líquido e o resultado do período, líquido de impostos.

	Aumento	Novo Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado	Impacto % no Patrimônio Líquido	Impacto % no Resultado
Redução	5%	901	928.386	541	0%
	-5%	(901)	927.304	(541)	-1%
Taxa de juros + inflação	10%	279	927.678	(167)	-0,02%
Variação Cambial	-10%	(279)	928.012	167	0,02%

As análises representam a melhor estimativa da Munich Re do Brasil quanto aos principais fatores de riscos que impactam os negócios. No entanto, não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto e, consequentemente, gerar resultados reais em períodos futuros significativamente diferentes dos resultados apresentados. **e. Risco operacional:** Definimos risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos inadequados ou falhos, incidentes causados por ações de mau funcionamento, relacionados a pessoas, sistemas, ou eventos externos. Isto inclui atos criminosos cometidos por funcionários ou terceiros, abuso de informação privilegiada, violações da lei antitruste, interrupções de negócios, processamento incorreto de transações, não cumprimento das obrigações de comunicação e desacordos com parceiros comerciais. A metodologia para avaliação dos riscos operacionais atende às exigências de gestão do Grupo Munich Re, enquanto obedece às regulamentações locais. Medidas apropriadas, incluindo projetos globais, são utilizadas para corrigir fraquezas ou erros identificados. A identificação de riscos que são significativos do ponto de vista local é coberta por nosso Sistema de Controles Internos (SCI), que inclui principalmente dois componentes: o Sistema de Controles e Riscos Operacionais (Operational Risk Control System - ORCS) e o Sistema de Gerenciamento de Conformidade (Compliance Management System - CMS). Na Munich Re do Brasil, o ORCS é de responsabilidade da Função de Gestão de Riscos e CMS está sob gestão da Função de Conformidade. Ambos os componentes são revisados regularmente e validados pela Auditoria Interna da Munich Re, bem como Comitês de Auditoria e de Riscos. A captura de perdas operacionais e constituição do banco de dados de perdas operacionais (BDPO), conforme regulamentado na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, faz parte do SCI. Além de cumprir com o requerimento regulatório de registro de perdas, a Munich Re foca na implementação de controles que mitiguem as falhas materializadas, prevenindo perdas futuras. A Resseguradora considera aspectos de ASG (Ambiental, Social e de Governança) na metodologia de riscos operacionais. A Munich Re do Brasil possui uma política de sustentabilidade para tratar de riscos ambientais, sociais e de governança e tem avaliado os impactos e materialidades desses riscos na sua operação. **f. Risco reputacional:** Definimos risco reputacional como o risco de dano à reputação da Munich Re em consequência de uma imagem pública negativa que resulte em uma deterioração de sua classificação de crédito, valor corporativo etc. Quando um risco de reputação pode potencialmente ter um impacto sobre a Munich Re, as divisões centrais em nível de Grupo estão envolvidas na avaliação. **g. Risco estratégico:** Definimos risco estratégico como o risco de tomar decisões comerciais erradas, implementar decisões de maneira deficiente ou ser incapaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O potencial de sucesso nos negócios da Munich Re pode gerar riscos estratégicos, que gerenciamos realizando análises de risco para questões estratégicas significativas e monitorando regularmente a implementação de medidas consideradas necessárias. **h. Risco de Segurança:** Definimos riscos de segurança como riscos resultantes de ameaças à segurança de nossos funcionários, dados, informações e bens. Intensificamos nossa análise dos riscos cibernéticos, em particular em reconhecimento da crescente importância da tecnologia da informação para os processos da Munich Re, o crescimento dinâmico do crime cibernético e a adequação à Circular SUSEP nº 638/2021. Com um plano de continuidade de negócios eficaz implementado e revisado sistematicamente, a Munich Re está preparada para lidar em situações de emergência, desastres ou catástrofes.

5 CAIXA E BANCOS

O saldo de Caixa e Bancos está composto substancialmente por conta corrente em Dólar norte-americano, cujo propósito é o "hedge" cambial das operações em moeda estrangeira. Em 31.12.2023, o saldo da conta corrente em moeda estrangeira (CCME) corresponde a US\$ 14,3 milhões (US\$ 9,7 milhões em 31.12.2022).

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	38	42
Conta Corrente	2.808	8.886
Conta Corrente em Moeda Estrangeira (CCME)	69.414	50.716
Total	72.260	59.644

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação das aplicações

Valor de mercado	Perda no Valor		Taxa contratada (a.a.)	Rentabilidade da Carteira %
	justo dos Ativos Financeiros disponíveis para venda	Valor custo atualizado		
Quotas de fundos de investimento	100.126	-	100,126	5,6%
Quotas de fundos de investimento exclusivo	88.088	-	88.088	11,6%
Notas do tesouro nacional - série O	12.224	-	12.224	5,6%+HPCA
Notas do tesouro nacional - série B	(186)	-	(186)	0,7%
Contas a pagar	98.697	-	98.697	100%
Quotas de fundos de investimento não exclusivo	98.697	-	98.697	-2,88%
Títulos disponíveis para venda	1.681.823	34.948	1.646.875	94,4%
Quotas de fundos de investimento exclusivo	1.681.823	34.948	1.646.875	94,4%
Letras do tesouro nacional	888.392	20.650	867.742	11,3%
Letras financeiras do tesouro	501.928	470	501.458	SELIC 28,2%
Notas do tesouro nacional - série F	291.503	13.828	277.675	10,5%
Notas do tesouro nacional - série F	291.503	13.828	277.675	10,5%
Total	1.880.648	34.948	1.845.700	

Valor justo por meio do resultado

Valor das aplicações	Sem vencimento	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor justo por meio do resultado	88.088	-	88.088	-
Quotas de fundos de investimento exclusivo	88.088	-	88.088	-
Letras do tesouro nacional - série O	12.224	-	12.224	-
Notas do tesouro nacional - série B	(186)	-	(186)	-
Contas a pagar	98.697	-	98.697	-
Quotas de fundos de investimento não exclusivo	98.697	-	98.697	-
Títulos disponíveis para venda	1.681.823	34.948	1.646.875	94,4%
Letras do tesouro nacional	888.392	20.650	867.742	11,3%
Letras financeiras do tesouro	501.928	470	501.458	SELIC 28,2%
Notas do tesouro nacional - série F	291.503	13.828	277.675	10,5%
Notas do tesouro nacional - série F	291.503	13.828	277.675	10,5%
Total	1.880.648	34.948	1.845.700	

Valor de mercado	Perda no Valor		Taxa contratada (a.a.)	Rentabilidade da Carteira %
	justo dos Ativos Financeiros disponíveis para venda	Valor custo atualizado		
Quotas de fundos de investimentos não exclusivo	101.623	-	101.623	100%
Letras financeiras do tesouro	79.839	-	79.839	-6,50%
Notas do tesouro nacional - série B	21.784	-	21.784	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

13 PROVISÕES TÉCNICAS, CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS E ATIVOS DE RETROCESSÃO

a. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - Brutas de retrocessão

	31.12.2023							
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)	Total das provisões técnicas	Custos de aquisição diferidos
Patrimonial	279.497	345	382.637	390.984	4.539	19.403	1.077.405	9.032
Responsabilidades	35.218	96	67.162	141.716	-	2.903	247.095	921
Automóveis	44.363	192	50.502	66.808	-	259	162.224	223
Transportes	100.369	332	57.604	40.970	-	3.965	203.240	606
Riscos financeiros	48.318	16.575	191.786	83.283	103.729	1.765	445.456	184
Pessoas	18.242	18.758	236.794	227.740	-	15.720	517.254	-
Rural	432.593	-	91.165	383.409	-	11.313	918.480	471
Marítimo	8.975	284	31.960	2.586	-	18	43.823	360
Aeronáutico	12.273	41	4.440	25.610	-	617	42.981	753
Total	979.848	36.623	1.114.052	1.363.106	108.268	55.963	3.657.858	12.550

O Teste de Adequação de Passivos - TAP não demonstrou insuficiência das provisões técnicas em relação aos fluxos de caixa projetados. Assim, não houve necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

b. Ativos de Retrocessão - Provisões técnicas:

	31.12.2023							
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)	Total das provisões técnicas	Custos de aquisição diferidos
Patrimonial	198.600	54	311.195	289.212	45.412	11.695	856.168	7.940
Responsabilidades	31.832	94	59.658	106.238	-	2.190	200.012	1.220
Automóveis	53.739	3.415	52.570	33.492	-	206	143.422	201
Transportes	70.000	24	58.180	23.056	-	3.632	154.892	626
Riscos financeiros	51.683	16.002	188.331	47.858	8.477	3.539	315.890	228
Pessoas	25.400	9.253	233.884	134.480	-	9.869	412.886	-
Rural	441.045	914	136.754	327.340	-	9.738	915.791	384
Marítimo	10.244	433	16.855	175	-	253	27.690	480
Aeronáutico	5.760	8	5.667	17	-	430	28.994	271
Total	888.303	30.195	1.062.824	978.982	53.889	41.552	3.055.745	11.350

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	31.12.2023		31.12.2022	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Inclusões	11.350	4.679	11.350	4.679
Apropriações/Cancelamentos	(28.158)	21.829	(28.158)	21.829
Saldo no final do exercício	(16.808)	(17.150)	(16.808)	(17.150)

d. Movimentação das provisões técnicas - Brutas de retrocessão:

	31.12.2023						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)	Total
Saldo no início do exercício	888.303	30.195	1.062.824	978.982	53.889	41.552	3.055.745
Inclusões	1.962.357	86.186	1.625.190	2.662.032	54.379	14.411	6.404.555
Apropriações/Cancelamentos	(1.870.813)	(5.544)	(1.573.962)	(2.277.908)	-	-	(4.154.265)
Pagamentos	(74.214)	(74.214)	-	-	-	-	(1.648.176)
Saldo no final do exercício	979.847	36.623	1.114.052	1.363.106	108.268	55.963	3.657.859

e. Movimentação das Provisões técnicas - Retrocessão:

	31.12.2023						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE)	Total
Saldo no início do exercício	632.892	49.586	880.458	512.201	54.498	32.951	2.162.586
Inclusões	1.684.782	68.891	2.060.718	2.812.916	-	8.601	6.635.906
Apropriações/Cancelamentos	(1.429.371)	(6.055)	-	(2.346.135)	(609)	-	(3.782.170)
Pagamentos	-	(82.227)	(1.878.352)	-	-	-	(1.960.579)
Saldo no final do exercício	888.303	30.195	1.062.824	978.982	53.889	41.552	3.055.745

14 DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos sinistros incorridos dos riscos assumidos para cada ano de desenvolvimento após a sua subscrição, bem como seus pagamentos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra cada ano de subscrição, seguido pela evolução dos valores de sinistros incorridos à medida em que informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis de PSL, IBNR e IBNER na data-base dessas demonstrações contábeis.

a. Sinistros brutos de retrocessão:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Sinistros incorridos no ano de subscrição	215.625	98.442	89.597	142.132	160.901	182.640	519.796	214.953	193.067	193.067
Um ano após o ano de subscrição	208.701	291.236	355.450	479.681	581.812	691.638	1.996.521	1.085.251	-	1.085.251
Dois anos após o ano de subscrição	245.527	349.713	457.288	579.841	800.781	865.455	2.470.777	-	-	2.470.777
Três anos após o ano de subscrição	273.172	368.821	495.055	600.530	862.318	895.377	-	-	-	895.377
Quatro anos após o ano de subscrição	258.569	386.785	483.743	610.942	860.649	-	-	-	-	860.649
Cinco anos após o ano de subscrição	263.563	438.027	487.030	619.730	-	-	-	-	-	619.730
Seis anos após o ano de subscrição	263.999	456.930	492.732	-	-	-	-	-	-	492.732
Sete anos após o ano de subscrição	265.532	452.880	-	-	-	-	-	-	-	452.880
Oito anos após o ano de subscrição	266.435	-	-	-	-	-	-	-	-	266.435
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	266.435	452.880	492.732	619.730	860.649	895.377	2.470.777	1.085.251	193.067	7.336.898
Valores anteriores a 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.971.351
Pagamentos no ano de subscrição	(10.692)	(78.484)	(51.490)	(107.235)	(128.927)	(128.193)	(336.334)	(138.712)	(137.075)	(137.075)
Um ano após o ano de subscrição	(98.222)	(190.797)	(232.938)	(327.779)	(425.790)	(528.468)	(1.721.309)	(864.746)	-	(864.746)
Dois anos após o ano de subscrição	(145.243)	(277.693)	(407.547)	(505.558)	(706.108)	(736.449)	(2.297.798)	-	-	(2.297.798)
Três anos após o ano de subscrição	(163.626)	(308.041)	(464.109)	(555.492)	(802.386)	(807.885)	-	-	-	(807.885)
Quatro anos após o ano de subscrição	(240.887)	(317.444)	(467.137)	(574.538)	(828.213)	-	-	-	-	(828.213)
Cinco anos após o ano de subscrição	(246.693)	(321.607)	(477.392)	(588.068)	-	-	-	-	-	(588.068)
Seis anos após o ano de subscrição	(252.868)	(324.662)	(483.389)	-	-	-	-	-	-	(483.389)
Sete anos após o ano de subscrição	(255.487)	(330.152)	-	-	-	-	-	-	-	(330.152)
Oito anos após o ano de subscrição	(256.681)	-	-	-	-	-	-	-	-	(256.681)
Saldo no início do exercício	(256.681)	(330.152)	(483.389)	(588.068)	(828.213)	(807.885)	(2.297.798)	(864.746)	(137.075)	(6.594.007)
Saldo no final do exercício	9.754	122.728	9.343	31.662	32.436	87.492	172.979	220.505	55.992	(1.600.190)

b. Sinistros líquidos de retrocessão

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Sinistros incorridos no ano de subscrição	15.063	(97.429)	19.005	(3.625)	74.330	58.618	376.839	70.208	68.895	68.895
Um ano após o ano de subscrição	96.066	138.986	224.262	232.928	436.249	510.831	1.666.684	412.541	-	412.541
Dois anos após o ano de subscrição	115.799	161.541	304.045	311.480	638.499	678.420	1.930.076	-	-	1.930.076
Três anos após o ano de subscrição	125.660	145.988	335.839	319.760	713.290	710.290	-	-	-	710.290
Quatro anos após o ano de subscrição	129.502	144.950	324.126	326.240	712.540	-	-	-	-	712.540
Cinco anos após o ano de subscrição	128.155	139.078	328.172	333.054	-	-	-	-	-	333.054
Seis anos após o ano de subscrição	128.177	129.821	333.583	-	-	-	-	-	-	333.583
Sete anos após o ano de subscrição	129.990	103.105	-	-	-	-	-	-	-	103.105
Oito anos após o ano de subscrição	130.997	-	-	-	-	-	-	-	-	130.997
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	130.997	103.105	333.583	333.054	712.540	710.290	1.930.076	412.541	68.895	4.735.081
Sinistros incorridos antes de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.338.799
Pagamentos no ano de subscrição	(10.692)	(12.640)	(6.787)	(10.124)	(58.281)	(42.321)	(225.317)	(24.397)	(34.821)	(34.821)
Um ano após o ano de subscrição	(65.306)	(87.630)	(120.540)	(145.449)	(296.664)	(359.424)	(1.527.308)	(289.685)	-	(289.685)
Dois anos após o ano de subscrição	(107.014)	(154.010)	(259.936)	(254.832)	(566.344)	(558.335)	(1.864.540)	-	-	(1.864.540)
Três anos após o ano de subscrição	(117.303)	(167.911)	(307.082)	(290.365)	(658.037)	(627.467)	-	-	-	(627.467)
Quatro anos após o ano de subscrição	(125.521)	(174.014)	(310.112)	(303.552)	(682.448)	-	-	-	-	(682.448)
Cinco anos após o ano de subscrição	(119.416)	(177.062)	(319.739)	(313.318)	-	-	-	-	-	(313.318)
Seis anos após o ano de subscrição	(121.778)	(175.590)	(325.017)	-	-	-	-	-	-	(325.017)
Sete anos após o ano de subscrição	(124.386)	(165.849)	-	-	-	-	-	-	-	(165.849)
Oito anos após o ano de subscrição	(125.684)	-	-	-	-	-	-	-	-	(125.684)
Saldo no início do exercício	(125.684)	(165.849)	(325.017)	(313.318)	(682.448)	(627.467)	(1.864.540)	(289.685)	(34.821)	(4.428.829)
Saldo no final do exercício	9.754	122.728	9.343	31.662	32.436	87.492	172.979	220.505	55.992	(1.034.641)

Total de Provisões de sinistros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Total de Sinistros a liquidar - PSL	5.313	(62.744)	8.566	19.736	30.092	82.823	65.536	122.856	34.074	306.252
Saldo no final do exercício	9.754	122.728	9.343	31.662	32.436	87.492	172.979	220.505	55.992	(1.034.641)
Total de Sinistros a liquidar - PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	610.410
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	531.455
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.388
Total de Provisões de sinistros	9.754	122.728	9.343	31.662	32.436	87.492</				

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

b. Prêmios emitidos

	Prêmios emitidos brutos		Comissões de resseguros (cedentes)		Prêmios líquidos de comissões		(f) PLA NÍVEL 2 = (e) (g) Créditos tributários limite a 15% do CMR	(h) PLA NÍVEL 3 = (g)	(i) Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 e de Nível 3	(j) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = (d) + (f) + (h) + (i)	(k) Capital de Risco	31.12.2023	31.12.2022
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022						31.12.2023	31.12.2022
Patrimonial	744.381	605.835	(124.047)	(122.859)	620.334	482.976						45.038	37.470
Responsabilidades	86.792	73.804	(20.127)	(13.211)	66.665	60.593						28.384	28.762
Automóveis	122.085	127.900	(20.783)	(16.408)	101.302	111.492						28.384	28.762
Transportes	278.603	201.231	(38.050)	(27.060)	240.553	174.171							
Riscos Financeiros	158.201	173.201	(48.769)	(51.976)	109.431	121.225							
Pessoas	435.989	381.802	(139.530)	(34.860)	296.459	346.942						272.612	404.372
Rural	966.836	1.050.367	(176.839)	(223.044)	789.997	827.323						65.421	48.650
Marítimo/Cascos	48.622	35.856	(12.577)	(8.573)	36.044	27.283						27.987	32.535
Aeronáutico	26.450	13.374	(927)	(939)	25.523	12.435						15.458	14.359
Total	2.867.959	2.663.370	(581.649)	(498.930)	2.286.308	2.164.440						60.000	60.000
												334.747	454.795
												386.343	132.546

21 DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as entidades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
(a) Patrimônio Líquido Contábil	927.845	819.434
(b) Ajustes associados à variação dos valores contábeis	(251.793)	(269.563)
(+) Despesas antecipadas	(23)	(31)
(+) Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(251.686)	(269.263)
(+) Ativos intangíveis	(81)	(267)
(+) Obras de arte	(3)	(3)
(c) Créditos Tributários decorrentes de diferenças temporárias	(28.384)	(28.762)
(d) PLA NÍVEL 1 = (a) + (b) + (c)	647.668	521.108
(e) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	45.038	37.470

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. **Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes ao exercício a que se referem as demonstrações contábeis. b. **Plano de aposentadoria complementar:** A Resseguradora efetua contribuições mensais em um Plano gerador de benefícios livres - PGBL em benefício de seus funcionários. As contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 1.508 (R\$ 1.409 em 2022). O compromisso da Resseguradora limita-se a realizar aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. c. **Participações nos resultados:** A Munich Re possui programa de participação dos empregados nos resultados, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente homologado pelo Sindicato. d. **Provisões judiciais:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Resseguradora não possui processos judiciais.

DIRETORIA

Karsten Steinmetz
Diretor-Presidente e Diretor Técnico

Alex Cavalheiro Sottero
Diretor Administrativo e Financeiro

Maria Alice de Moraes Parron
Diretora de Controles Internos

Bruno Domingues Ramos de Carvalho
Atuário MIBA 3117

Camila Menezes da Silva
Contadora - CRC 1SP-293476/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor-Presidente e Srs. Acionistas: O Comitê de Auditoria da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), instituído nos termos da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Resseguradora. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Resseguradora em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. É de responsabilidade da Resseguradora a elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria

interna tem a responsabilidade de avaliar a eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos e dos processos que assegurem a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Resseguradora. O Comitê de Auditoria atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê de Auditoria manteve, no decorrer do ano de 2023, reuniões com as áreas de contabilidade, atuária, investimentos, controles internos, compliance, gestão de riscos, recursos humanos, sinistros e auditoria interna onde foram discutidos os assuntos pertinentes a cada área. O Comitê de Auditoria realizou também reuniões com a Diretoria quando discutiu a estratégia e os principais desafios da Resseguradora nas diferentes linhas de negócios em que atua e a performance da Resseguradora no ano de 2023. No ano de 2023 o Comitê manteve canais regulares de comunicação com os auditores independentes, tendo avaliado e aprovado o cronograma anual de trabalho, acompanhado os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê de Auditoria também avaliou a aderência dos auditores independentes às

políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, constante no relatório do auditor independente. O Comitê de Auditoria avaliou os processos de elaboração das demonstrações contábeis, as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê de Auditoria não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis. Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião de que as demonstrações contábeis da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. correspondentes ao ano de 2023, devidamente auditadas pelos auditores independentes, estão em condições de serem aprovadas pelos seus acionistas.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024
João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos
Paulo Pereira Ferreira
Therese Christina Moreno de Oliveira

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. - São Paulo - SP - CNPJ: 01.857.539/0001-24. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessão relacionados a sinistros e despesas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a

auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessão relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do

patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Resseguradora possui obrigações provenientes de seus contratos de resseguros que estão registrados nas rubricas "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas" e "Provisões técnicas - Resseguradora" demonstradas nas notas explicativas nºs 3.5, 13a e 13b das demonstrações contábeis. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões, é requerido um julgamento profissional relevante da Diretoria na seleção de metodologias de cálculo e das premissas, tais como atraso das emissões de prêmios e seus diferimentos estimados, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, entre outros. Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa 3.5. Considerando o impacto direto na mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros, decorrente do julgamento e metodologias adotadas pela Diretoria, e materialidade dos saldos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, consideramos essa área como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguro e dos ativos de retrocessão; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de resseguro firmados pela Resseguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Resseguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas para fins de completude nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes por meio amostral sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações contábeis. **Reconhecimento da receita de prêmios emitidos líquidos de contratos de resseguros:** O processo de mensuração da receita de prêmios líquidos de contratos de resseguros, que estão registrados nas rubricas "Operações com seguradoras" e "Prêmios emitidos líquidos demonstradas nas notas explicativas nºs 3.4, 7a e 20b das demonstrações contábeis compreende diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais destacamos: (i) análise e aceitação do risco no processo de subscrição; (ii) o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos (facultativos ou

automáticos); e (iii) os critérios de repartição dos prêmios (proporcionais ou não proporcionais). Nesse contexto, a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos correspondentes, são aspectos importantes avaliados pela Diretoria. Considerando os montantes envolvidos e todo processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil, consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) confronto das bases de dados com os saldos contábeis, realizando testes de consistência, analisando a adequação e a completude das bases de dados utilizadas dos contratos de resseguro; (ii) em nível amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação suporte (circularizações de cedentes, contratos e prestações de contas); (iii) testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, mediante amostra de seleção, com inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente; (iv) análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e prestações de contas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Diretoria da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar

as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Resseguradora, e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia de Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-1SP198827/O

